

UNIQO URBANISMO S/A – Demonstrações Consolidadas
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/Prejuízos acumulados	Ajustes exercícios anteriores	Subtotal	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	10	-	(3.366)	-	(3.356)	(1)	(3.357)
Prejuízo do exercício	-	-	(4.436)	-	(4.436)	(1)	(4.437)
Destinação do lucro do exercício:							
Absorção prejuízos acumulados	-	-	777	(777)	-		-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	777	777		777
Saldos em 31 de dezembro 2024	10	-	(7.026)	-	(7.016)	(2)	(7.017)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	10	-	(7.026)	-	(7.016)	(2)	(7.017)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.436	-		2.436		2.436
Prejuízo do exercício	-	-	(2.324)	-	(2.324)	(1)	(2.325)
Destinação do lucro do exercício							
Absorção prejuízos acumulados	-	-	16	(16)	-		-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	16	16		16
Saldos em 31 de dezembro 2025	10	2.436	(9.334)	-	(6.888)	(2)	(6.890)

NÍVIA ZACARIAS DE OLIVEIRA
 Contadora
 CRC-RJ 106149/O-9

OSANA KLINGELHOEFER DE ARAUJO ALMEIDA
 CEO
 CPF 100.300.467-93

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 05/06/2026

Dados do Documento

Tipo de Documento	Controladoria - Documentos Gerais
Referência Contrato	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (UNIQUO)
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	20/04/2026
Validade	20/04/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento	4E6A2A7D300F9603EB5FB70ADEBD77D65DB0793FEF850490C36776EC2998AC52

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Representantes
Relacionamento	073.531.247-84 - NIVIA ZACARIAS DE OLIVEIRA
Representante	CPF
NIVIA ZACARIAS DE OLIVEIRA	073.531.247-84
Ação:	Assinado em 20/04/2026 19:33:17 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 2804:d41:a1b7:3000:5dd1:ebbe:d61:7403
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/147.0.0.0 Safari/537.36 Edg/147.0.0.0
Localização	Latitude: -22.7613045261945 / Longitude: -43.307783259430394
Tipo de Acesso	Normal

Papel (parte)	Diretor
Relacionamento	100.300.467-93 - OSANÁ KLINGELHOEFER DE ARAÚJO ALMEIDA
Representante	CPF
OSANÁ KLINGELHOEFER DE ARAÚJO ALMEIDA	100.300.467-93
Ação:	Assinado em 03/06/2026 16:52:14 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 191.34.67.154
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/132.0.0.0 Safari/537.36
Localização	Latitude: -22.9769216 / Longitude: -43.220992
Tipo de Acesso	Normal

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **NAWPU-CHMQP-FPTVE-76SWY**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.